

Segundo-cabo graduado RC 263 — PE NIM 00760201, Nuno Miguel Nogueira de Sousa, do PM — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16.)

Segundo-cabo graduado RC 223 — AT EXPL NIM 07009299, Bruno Alexandre Inverno Canhoto, do RC-3/ERECAI — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16,26.)

Segundo-cabo graduado RC 223 — AT EXPL NIM 14861300, João Paulo Fitas Carretas, do RC-3/ERECAI — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16.)

Segundo-cabo graduado RC 223 AT EXPL NIM 07423701, Isaque Emanuel da Costa Lopes, do RC-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16.)

Segundo-cabo graduado RC 223 — AT EXPL NIM 12022002, Nuno Manuel de Oliveira Santos, do RC-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 17,16.)

Segundo-cabo graduado RC 427 — TRANS NIM 11227099, Ana Paula de Jesus Gago, do RC-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16,33.)

Segundo-cabo graduado RC 366 — PINT CONST NIM 02016402, André José Monteiro de Sousa, do RI-2 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16,51.)

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 18650701, Carlos Miguel Clemente Reis, do RI-2 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 15,70.)

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 04744402, Vera Lúcia Lopes de Oliveira, do RI-2 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16,73.)

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 09374302, Neide Sofia Pires da Silva, do RI-2 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 15,85.)

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 08803198, César Augusto Pereira Bento, do RI-2 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 15,70.)

Segundo-cabo graduado RC 711 — munições NIM 04174198, Fernanda Celeste Quintano Pereira, do RI-2 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 15,70.)

Segundo-cabo graduado RC 713 — MEC ARM LIG NIM 16171500, Filipe André Mariquitos Dias, do RI-2 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16,31.)

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 03748800, Vítor Manuel Soares Fava, do RI-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16,17.)

Segundo-cabo graduado RC 620 — cozinheiro NIM 07080796, Silvério Augusto Fonseca Saias, do RI-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 15,85.)

Segundo-cabo graduado RC 651 — secretariado NIM 03085101, Célia do Carmo Pereira, do RI-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 15,70.)

Segundo-cabo graduado RC 670 — CAR MEC VIA AUT NIM 07644002, Sérgio Emanuel Mendes da Silva, do RI-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16,38.)

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 16334701, Diogo Gaspar Marcelino Sobral, do RI-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 17,70.)

Segundo-cabo graduado RC 676 — CAR RTELEF NIM 14240100, Bruno Domingos Godinho Coelho, do RI-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 17,26.)

Segundo-cabo graduado RC 722 — MEC V AUTO NIM 13945699, José Maria Pedras Capito, do RI-3 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 15,70.)

Segundo-cabo graduado RC 501 — socorrista NIM 06964396, Ana Paula Gervásio Caeiro, do RI-8 — 24 de Outubro de 2005. (Classificação: 16,83.)

Segundo-cabo graduado RC 672 — CAR NIM 17557598, Ricardo André Esberard Silva — 24 de Outubro de 2005.

11 de Janeiro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho (extracto) n.º 2584/2006 (2.ª série). — Desde a segunda metade da década de 80, a genética tem vindo a constituir um suporte fundamental ao sistema de justiça, sendo actualmente um dos principais pilares das ciências forenses, designadamente no apoio à investigação criminal, ao estabelecimento de laços de parentesco e à identificação individual de pessoas. Trata-se de uma área técnico-científica cuja experiência permitiu já dar a conhecer, com

segurança, o alcance e também as limitações das suas conclusões periciais.

A genética forense tem sabido estabelecer normas técnico-científicas e procedimentos de harmonização, com o objectivo de possibilitar uma elevada fiabilidade de resultados, destacando-se, no âmbito das ciências forenses, como uma das matérias que maior valor probatório tem demonstrado.

Contudo, obtida a capacidade técnico-científica, importa aproveitar, na sua plenitude, as potencialidades evidenciadas por esta disciplina, permitindo-se, com as necessárias garantias de protecção dos direitos fundamentais, o cruzamento de dados identificativos que possam apoiar a identificação civil ou a investigação criminal. Pretende-se também, por via legislativa, impedir a utilização indevida de informações que constituem o foro privado dos cidadãos, cuja ausência de normas reguladoras não acautela. A salvaguarda de total confidencialidade dos dados pessoais e de independência na utilização das informações, bem como o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, constituem pressuposto inquestionável a tal desiderato.

Na sequência de diversos textos orientadores, de que se citam a título exemplificativo, a Recomendação R (92) 1 do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 10 de Fevereiro de 1992 (sobre a utilização do ADN no sistema de justiça criminal), e as Resoluções n.ºs 97/C 193/02, do Conselho, de 9 de Junho de 1997, e 2001/C 187/01, do Conselho, de 25 de Junho de 2001 (sobre a partilha de resultados dos exames de ADN), os Estados membros têm vindo a estabelecer bases de dados de ADN com fins forenses. Importa salientar que essas normas orientadoras têm consagrado o pressuposto da limitação dos exames de ADN a regiões não codificantes, sem expressão genética, em que não seja possível a obtenção de informação sobre características hereditárias específicas. Os resultados evidenciados têm revelado a extrema utilidade deste mecanismo no sucesso da identificação civil e da investigação criminal.

Assim, no cumprimento do Programa do Governo (capítulo IV, II — Justiça) e com vista à elaboração de uma proposta de criação e funcionamento de uma base de dados genéticos para fins de identificação civil e investigação criminal que salvaguarde os princípios constitucionais em vigor, nomeia-se a seguinte comissão:

Representante do Ministro da Justiça;
Representante do Conselho Nacional de Medicina Legal;
Representante do Conselho Nacional de Ética e Ciências da Vida;
Representante do Instituto Nacional de Medicina Legal;
Representante do Laboratório de Polícia Científica;
Representante do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
Representante da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

A comissão será coordenada pelo representante do Instituto Nacional de Medicina Legal.

No âmbito dos trabalhos da comissão, poderão ainda ser consultados os centros de genética das universidades portuguesas.

Metodologia proposta

A proposta deverá envolver duas fases, de acordo com o Programa do Governo, na perspectiva da sua progressiva e gradual generalização:

- a) Constituição e funcionamento de uma base de dados genéticos com fins de investigação criminal;
- b) Constituição e funcionamento de uma base de dados genéticos com fins de identificação civil.

Deverá ser desenvolvida de acordo com a seguinte metodologia:

- 1) Levantamento das legislações dos países que criaram já bases de dados, bem como dados relativos ao seu funcionamento, taxa de sucesso, etc.;
- 2) Levantamento da legislação e normas nacionais e internacionais relevantes na matéria;
- 3) Audição de entidades ou instituições relacionadas, sempre que necessário;
- 4) Preparação de um amplo debate público e realização de conferências;
- 5) Definição dos princípios orientadores da proposta;
- 6) Estabelecimento de todas as secções que o projecto deve conter e sobre os quais a comissão deve elaborar proposta (princípios gerais, procedimentos, protecção de dados, inserção, comunicação, interconexão e acesso aos dados, conservação dos dados, amostras e documentos, segurança da base de dados, aplicação no tempo, disposições sancionatórias, etc.);
- 7) Com base em cada uma das secções estabelecidas, definição dos princípios orientadores relativos a cada item;

- 8) Apresentação de propostas de redacção do enunciado dos artigos; discussão e aprovação de proposta de projecto;
- 9) Envio do projecto à tutela.

19 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 2585/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o licenciado Luís Filipe Paulo Brandão das funções de adjunto do meu Gabinete, com efeitos a partir de 6 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 2586/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a especialista em direito Marta Maldonado de Oliveira Ascensão das funções de assessora do meu Gabinete, com efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2006.

9 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 2587/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a licenciada Maria Elisabete Abreu Gonçalves de Brito das funções de chefe do meu Gabinete, com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

13 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 2588/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 2.º, n.ºs 2 e 3, 18.º, n.º 1, 19.º, n.ºs 3 a 5, e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o disposto nos artigos 24.º, n.ºs 1, alínea *a*), e 7, e 25.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho, nomeio, para, em comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por iguais períodos, exercer o cargo de director regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Reinserção Social, a licenciada Margarida Maria Lamy Neves de Aguiar Pimenta, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2006.

18 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Nota curricular

Nome — Margarida Maria Lamy Neves de Aguiar Pimenta.

Data de nascimento — 26 de Maio de 1964.

Habilitações académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Internacional, no ano de 1991;
- Pós-graduação em Direito do Trabalho pelo Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 2001;
- Master of Business Administration* (MBA) em Gestão de Recursos Humanos pela Escola de Gestão e Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa, concluído em 2004;
- Mestrado em Ciências do Trabalho, em curso, com a parte escolar concluída e a dissertação pendente de conclusão, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Habilitações profissionais:

- Curso de estágio na Ordem dos Advogados (Conselho Distrital de Lisboa) entre Abril de 1993 e Outubro de 1994;
- Curso de formação pedagógica de formadores pela Companhia Nacional de Serviços (CNS) — formadora certificada pelo IEFP;
- Curso de STAIRS — bases de dados jurídico-documentais do Ministério da Justiça, ministrado pela Direcção-Geral dos Serviços Informáticos do Ministério da Justiça;
- Frequência e participação em vários cursos, seminários e conferências, nacionais e internacionais, nas áreas de direito e de gestão, designadamente as jornadas subordinadas ao tema «Flexibilidade dos horários de trabalho na indústria automóvel» (Adecco, Barcelona, 1997), o programa de formação

«Team bulding and high performance» («Hay Training», Arnedillo, La Rioja, 2001) e o seminário «Total performance scorecard» (UAI, Lisboa, 2004).

Experiência profissional:

Tribunal Constitucional — secretária do Gabinete de Apoio aos Juizes entre Março de 1990 e Março de 1993;

Advocacia:

Exercício pelo Conselho Distrital de Lisboa entre Janeiro de 1995 e Julho de 2002;

Ramel, Companhia de Limpeza Industrial, S. A., empresa multinacional prestadora de serviços de *outsourcing* à indústria automóvel (Autoeuropa, Opel) — na Direcção Jurídica e de Recursos Humanos, entre Maio de 1997 e Dezembro de 1999;

Adidas Portugal, Artigos de Desporto, S. A., filial portuguesa da multinacional alemã — responsável pelo Departamento Jurídico e de Recursos Humanos entre Maio de 2001 e Maio de 2003;

Gabinete do Secretário Adjunto e da Justiça — assessora jurídica, entre Novembro de 2005 e Janeiro de 2006.

Despacho n.º 2589/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos artigos 2.º, n.ºs 2 e 3, 18.º, n.º 1, 19.º, n.ºs 3 a 5, e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o disposto no artigo 24.º, n.ºs 1, alínea *a*), e 7, e no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho, nomeio, para, em comissão de serviço, por um período de três anos, renovável por iguais períodos, exercer o cargo de director regional do Norte do Instituto de Reinserção Social, o licenciado Telmo Manuel Medeiros Pinto, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2006.

18 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Curriculum vitae

Informação pessoal:

Nome — Telmo Manuel Medeiros Pinto;

Nacionalidade — portuguesa;

Data de nascimento 10 de Fevereiro de 1965.

Experiência profissional — 1993-2005:

Nome e endereço do empregador — Câmara Municipal de Amarante;

Tipo de empresa — administração local;

Função ou cargo ocupado — chefe de divisão de Dinamização Local, responsável pelas áreas de educação, juventude, acção social, cultura e desporto;

Principais actividades e responsabilidades:

Coordenador do Programa Rede Social de Amarante;

Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Amarante;

Educação, acção social e juventude — responsável: pela gestão da rede do pré-escolar e das escolas do 1.º ciclo; pelo planeamento da «Carta educativa» e pela candidatura e implementação do Programa Escolhas 2.ª Geração «Projecto juventude de pleno direito»; pelo estabelecimento da medida «Acção social escolar»; pela criação das medidas municipais «Voluntariado jovem» e «Subsídio ao arrendamento», e pelo estabelecimento de protocolos com o Instituto Português da Juventude, juntas de freguesia, instituições particulares de solidariedade social, associações de pais, escolas e associações locais para a dinamização de acções específicas;

Responsável pela integração sócio-profissional de pessoas através da prestação de trabalho a favor da comunidade — uma pena alternativa à prisão —, em articulação com o Instituto de Reinserção Social, Penafiel;

Responsável pelo estabelecimento de protocolos com o Centro de Emprego de Amarante para a implementação de diversos programas e medidas, designadamente «Mercado social de emprego», estágios profissionais, «Vida emprego», e pela candidatura e coordenação dos cursos de formação;

Cultura, turismo e desporto — responsável: pela dinamização sócio-cultural; pelo Museu de Amadeo de Souza Cardoso; pelo Posto de Turismo; pela Biblioteca Municipal;